

Sector privado da Saúde

Lei n.º 95/III/90 (Supl. B.O. n.º 43 de 27/10/90)

Lei sobre exercício de actividade privada no domínio da saúde.

Estabelece as condições gerais do acesso e do exercício de actividades no domínio de saúde, em Cabo Verde, por cooperativas e pessoas privadas singulares ou colectivas.

O artigo 13º foi alterado pelo decreto-lei n.º 183/91 de 28 de Dezembro.

Decreto n.º 08/92 (Supl. B.O n.º 3 de 21/01/92)

Regula as condições e o processo de licenciamento da instalação e do funcionamento dos estabelecimento privados de prestação de cuidados de saúde.

Decreto n.º 12/92 (B.O. n.º 04 de 25/01/92)

Regulamenta o registo do pessoal técnico de saúde, que pretende exercer a sua actividade profissional no sector privado de prestação de cuidados de saúde. *v. Despacho do DG da Saúde de 29 de Abril (B.O. n.º 29 de 19/07/93 – II Série).*

Portaria n.º 31/92 (Supl. BO n.º 24 de 18/06/97)

Fixa os montantes das taxas e emolumentos devidos pela prática de actos e emissão de documentos referidos nos decretos n.º 08/92 e n.º 12/92.

Portaria n.º 32/92 (Supl. BO n.º 24 de 18/06/97)

Aprova modelos de pedido de registo e licenciamento previstos nos artigos 24º do decreto n.º 08/92 e 10º do decreto-lei n.º 12/92.

Portaria n.º 45/93 (B.O. n.º 30 de 16/08/93)

Aprova o Regulamento dos Estabelecimentos Privados de Prestação de Cuidados de Saúde, que estabelece os requisitos especiais de licenciamento dos estabelecimentos privados de prestação de cuidados de Saúde.

Despacho do D. G. da Saúde de 29 de Abril (B.O. n.º 29 de 19/07/93 – II Série)

Delega nas Delegacias de Saúde da Praia e S. Vicente as competências no âmbito do registo do pessoal técnico e do licenciamento e funcionamento dos estabelecimentos privados de prestação de cuidados.

Sector Farmacêutico

Decreto n.º 229/70, de 20/05/70 (B.O. n.º 20 de 19/05/71)

Aprovou e mandou pôr a funcionar o Regulamento do Exercício da Profissão Farmacêutica no Ultramar. *Alguns artigos foram revogados pelo decreto-lei n.º 56/93 de 06/09/93.*

Decreto-Lei n.º 51/79 (B.O. n.º 23 de 09/06/79)

Reserva ao Estado o exclusivo das actividades de importação e produção de especialidades e produtos químico-farmacêuticos e de material e equipamento de natureza médica e hospitalar.

Decreto-Lei n.º 102/84 (B.O. n.º 43 de 27/10/84)

Regula o uso de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas no país.

Despacho n.º 5/87 de 19/01 (B.O. nº6 de 07/02/87)

Cria a Comissão Nacional de Medicamentos.

Decreto-Lei n.º 92/92 (B.O. n.º 3 de 20/07/92)

Aprova o Controlo do Mercado Lícito dos Estupefacientes, Substâncias Psicotrópicas e Precursores.

Decreto-Lei 56/93 (B.O. n.º 33 de 06/09/93)

Regula as novas condições de atribuição da propriedade, o processo de licenciamento e o funcionamento das farmácias privadas. *Revoga artigos do decreto n.º 229/70.*

Decreto-Regulamentar n.º 14/93 (B.O. n.º 34 de 13/09/93)

Regulamenta as condições de atribuição de propriedade, processo de licenciamento e o funcionamento das farmácias privadas.

Decreto-Regulamentar n.º 02/95 (B.O. n.º 01 de 18/01/95)

Regula a composição, as atribuições e o funcionamento da comissão de luta contra o tráfico ilícito de estupefaciente e outras substâncias psicotrópicas.

Decreto Regulamentar n.º 1/97, (B.O. n.º 05 de 10/02/97) - Regula a composição, as atribuições e o funcionamento da Comissão de Luta contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Outras Substâncias Psicotrópicas, prevista no n.º 1 do artigo 41º da Lei n.º 78/IV/93, de 12 de Junho. *Alterado pelo Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de Julho.*

Resolução n.º 16/2003 (B.O. n.º 23 de 28/07/03)

Aprova a Política Farmacêutica Nacional.

Portaria n.º 17/2003 de 8 de Setembro (B.O. n.º 29 de 08/09/03)

Aprova a Lista Nacional de Medicamentos.

Portaria n.º 31/2004 de 16 de Agosto (B.O. n.º 25 de 16/08/04)

Define o sistema de comparticipação na aquisição de medicamentos.

Portaria n.º 45/2004 de 4 de Outubro (B.O. n.º 29 de 04/10/04)

Aprova a lista dos produtos proibidos ao comércio ambulante.

Integra, entre outros, carnes, medicamentos e pesticidas.

Decreto-Lei n.º 42/2004 (B.O. n.º 31 de 18/10/04)

Cria a Agência de Regulação e Supervisão dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares.

Portaria n.º 7/2005 de 7 de Fevereiro (B.O. n.º 06 de 07/02/05)

Define o sistema de comparticipação da entidade gestora da protecção social dos trabalhadores na aquisição de medicamentos para os respectivos beneficiários.

Decreto-Lei n.º 50/2005 (B.O. n.º 30 de 25/07/05)

Altera o Decreto-Regulamentar n.º 7/97, de 10 de Fevereiro, que regula a composição, as atribuições e o funcionamento da Comissão de Luta contra o tráfico ilícito de estupefacientes e outras substâncias psicotrópicas.

Decreto-Lei n.º 59/2006 (B.O. n.º 30 de 26/12/06)

Regula a autorização de introdução no mercado, doravante designada AIM, o registo, o fabrico, a importação, a exportação e a comercialização de medicamentos, dos donativos e a publicidade de medicamentos de uso humano.

Evacuações

Decreto-Lei n.º 125/79 (B.O. n.º 51 de 22/12/79)

Estabelece medidas relacionadas com a evacuação de funcionários públicos ou seus familiares, por motivo de saúde e revoga toda a legislação em contrário.

Revoga o decreto-lei n.º 96/76 de 30 de Outubro.

Ver Despacho do PM de 20/04/81 (B.O. n.º 17 de 25/04/81)

Ver decreto-lei n.º 10/85 (B.O. n.º de 02/02/85) altera n.º 1 do artigo 1.º.

Revogado o artigo 9.º pelo Decreto-Lei n.º 52/93 de 30 de Agosto.

Portaria n.º 36/83 (B.O. n.º 22 de 28/05/83)

Regulamenta em termos semelhantes aos da Função Pública a evacuação dos trabalhadores e familiares doentes no âmbito da Previdência Social.

Revogado o artigo 8.º pelo Decreto-Lei n.º 52/93 de 30 de Agosto.

Portaria n.º 78/92 (Supl. BO n.º 25 de 30/12/92)

Regula a situação dos acompanhantes de doentes evacuados abrangidos pelo Sistema de Previdência Social, quanto às prestações a que têm direito.

Despacho n.º 7/93 (B.O. n.º 29 de 09/08/93)

Estabelecendo novos critérios reguladores a evacuação de doentes para tratamento no exterior.

Decreto-Lei 52/93 (B.O. n.º 32 de 30/08/93)

Põe cobro à situação de “enquadramento” por situações de doença ocorridas no estrangeiro. *Revoga os artigos 9.º do Decreto-Lei n.º 125/79 de 22 de Dezembro e 8.º da Portaria n.º 36/83 de 28 de Maio.*

Resolução 37/94 (B.O. n.º 29 de 16/08/94)

Regula o sistema de evacuação de doentes.

Portaria n.º 8/2005 de 7 de Fevereiro (B.O. n.º 06 de 07/02/05)

Fixa o montante do subsídio diário único para despesas de estadia e transportes locais, nas situações de evacuação interna e externa.

Previdência Social

Portaria n.º 21 769, de 3 de Janeiro de 1966 (B.O. n.º15 de 13/04/71)

Manda aplicar a Cabo Verde a Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais. (v. *Decreto n.º 58/78, B.O. n.º 28 de 15/07/78*)

Decreto n.º 58/78 (B.O. n.º 28 de 15/07/78)

Designa a Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais como Tabela Nacional de Incapacidades e define o seu âmbito de aplicação. (v. *Portaria n.º 21 769, de 3 de Janeiro de 1966*)

Decreto-Lei n.º 2/95 (B.O. n.º 02 de 23/01/95)

Institui a Protecção Social Mínima.

Aviso n.º 2/2003 do BCV (B.O. n.º 31 de 22/09/03)

Condições gerais e especiais do seguro de doença.

Portaria n.º 22/2004 de 9 de Agosto (B.O. n.º 24 de 09/08/04)

Regulamenta a organização e o funcionamento da Comissão de Verificação de Incapacidade. (n.º 4 do art.º 74º do Decreto-Lei n.º 5/2004 de 16 Fevereiro).

Portaria n.º 24/2004 de 9 de Agosto (B.O. n.º 24 de 09/08/04)

Define os termos de comparticipação no fornecimento de aparelhos de prótese e ortopedia e demais dispositivos de compensação aos segurados e beneficiários do sistema de protecção social. (art.º 55º do Decreto-Lei n.º 5/2004 de 16 Fevereiro).

Portaria n.º 31/2004 de 16 de Agosto (B.O. n.º 25 de 16/08/04)

Define o sistema de comparticipação na aquisição de medicamentos.

Portaria n.º 7/2005 de 7 de Fevereiro (B.O. n.º 06 de 07/02/05)

Define o sistema de comparticipação da entidade gestora da protecção social dos trabalhadores na aquisição de medicamentos para os respectivos beneficiários.

Portaria n.º 29/2006 (B.O. n.º 32 de 13/11/06)

Regulamenta a comparticipação nos cuidados de fisioterapia.

Portaria n.º 34/2006 (B.O. n.º 37 de 18/12/06)

Estabelece a tabela de comparticipação nos cuidados de estomatologia e prótese dentária.

Água e Ambiente

Decreto-Lei n.º 495/73 (B.O. n.º de 06/10/73)

Protecção contra a poluição das águas, praias e margens.

Lei n.º 41/II/84 (Supl. B.O. n.º 24 de 18/06/84)

Aprova o Código de Água.

Estabelecimento das bases gerais do regime jurídico de propriedade, protecção, conservação, desenvolvimento, administração e uso dos recursos hídricos da República de Cabo Verde.

Alterado e republicado pelo Decreto-Legislativo n.º 05/99 (B.O. n.º 46 de 13/12/99).

Decreto-Lei n.º 82/87 (B.O. n.º 31 de 01/08/87)

Estabelecimento de normas de garantia da qualidade dos recursos hídricos e de prevenção das doenças de base hídrica.

Decreto-Legislativo n.º 14/97 (2º Supl. BO n.º 25 de 01/07/97)

Desenvolve normas regulamentares de situações previstas na Lei de Bases da Política do Ambiente (Lei n.º 86/IV/93) e estabelece os princípios fundamentais destinados a gerir e a proteger o ambiente contra todas as formas de degradação.

(no n.º 4 do Art.º 19 - refere a resíduos hospitalares)

Resolução n.º 29/2003 (B.O. n.º 44 de 29/12/03)

Aprova a Política Nacional de Saneamento.

Decreto-Lei n.º 7/2004 (B.O. n.º 06 de 23/02/04)

Estabelece as normas de descarga das águas residuais.

Decreto-Lei n.º 8/2004 (B.O. n.º 06 de 23/02/04)

Estabelece os critérios e as normas de qualidade da água e sua classificação, bem como os sistemas de controlo, o regime sancionatório e medidas de salvaguarda, tendo como objectivo proteger o meio aquático e melhorar, na generalidade, a qualidade da água para o consumo humano.

Álcool e Tabaco

Lei n.º 119/IV/95 (B.O. n.º 08 de 13/03/95)

Define as condições de dissuasão e restrição do uso do tabaco.

Resolução n.º 142/VI/2005 (B.O. n.º 35 de 29/08/05)

Aprova, para ratificação, a Convenção Quadro para o Controlo do Tabaco.

Lei n.º 08/V/96 (B.O. n.º 38 de 11/11/96)

Proíbe a condução de veículos sob a influência do álcool.

Decreto-Regulamentar n.º 05/97 (B.O. n.º 09 de 10/03/97)

Regulamenta os aspectos relacionados com a detecção do álcool no sangue.

Lei n.º 27/V/97 (B.O. n.º 24 de 23/06/97)

Interdita a venda de bebidas alcoólicas a menores, e interdita a publicidade de bebidas alcoólicas em algumas situações.

Portaria n.º 1/99 (B.O. n.º 02 de 08/02/99)

Estabelece o método de detecção do álcool no sangue, fixando a tabela de preços dos respectivos exames e define os laboratórios autorizados a proceder as competentes análises. Anexa o modelo de relatório de exame directo.

Administração de Saúde

Decreto n.º 45/87 (B.O. n.º 20 de 16/05/87)

Cria nos estabelecimentos de saúde um sistema de consultas médicas, funcionando fora do horário normal de trabalho dos serviços respectivos, designadas consultas suplementares.

Portaria n.º 34/87 (B.O. n.º 23 de 06/06/87)

Regulamenta o sistema de consultas suplementares (Decreto n.º 45/87).

Despacho (B.O. n.º 30 de 25/07/87)

Determina a forma de remuneração aos médicos e demais elementos da equipa, pelo trabalho prestado na realização de consultas suplementares.

Despacho (B.O. n.º 30 de 25/07/87)

Fixa os preços para as consultas médicas suplementares a realizar nos estabelecimentos de saúde.

Decreto Regulamentar n.º 04/93 (B.O. n.º 07 de 08/03/93)

Revê e actualiza a Tabela de Cuidados de Saúde a praticar no Serviço Nacional de Saúde.

Decreto-Lei n.º 37/93 (B.O. n.º 23 de 28/06/93)

Aprova uma nova Lei Orgânica do Ministério da Saúde e criou Centro Nacional de Desenvolvimento Sanitário. *Revogado pelo dec-lei n.º 24/99 de 3 de Maio.*

Decreto-Regulamentar n.º 17/93 (B.O. n.º 35 de 20/09/93)

Aprova o diploma orgânico do Centro Nacional de Desenvolvimento Sanitário (CNDS)

Lei n.º 126/IV/95 (B.O n.º 20 de 26/06/95)

Define as bases de criação e regime jurídico das Ordens profissionais.

Lei n.º 134/IV/95 (B.O n.º 21 de 03/07/95)

Aprova o Estatutos dos Municípios.

Enumera as atribuições no domínio do saneamento básico, saúde e ambiente, etc.

Lei n.º 148/IV/95 (Supl. B.O n.º 38 de 07/11/95)

Cria a carreira médica e define o seu regime legal.

Lei n.º 149/IV/95 (Supl. B.O n.º 38 de 07/11/95)

Cria a carreira de enfermagem e define o seu regime legal.

Portaria n.º 67/99 (7º Supl. B.O. n.º 47 de 30/12/99)

Fixa as competências dos Órgãos Produtores de Estatísticas Sectoriais do Sistema Estatístico Nacional (GEP/Saúde).

Decreto-Lei n.º 65/97 (B.O. n.º 40 de 20/10/97)

Cria a Ordem dos Médicos Caboverdianos.

Decreto-Lei n.º 103/97 (6º Supl. B.O. n.º 50 de 31/12/97)

Regula a avaliação do desempenho exigido para a progressão ou promoção na carreira médica.

Decreto-Lei n.º 104/97 (6º Supl. B.O. n.º 50 de 31/12/97)

Regula a avaliação do desempenho exigido para a progressão ou promoção na carreira de enfermagem.

Decreto-Regulamentar n.º 23/97 (6º Supl. B.O. n.º 50 de 31/12/97)

Regulamenta o regime de trabalho, e o sistema remuneratório dos enfermeiros do Serviço Nacional de Saúde integrados na carreira.

Decreto-Regulamentar n.º 24/97 (6º Supl. B.O. n.º 50 de 31/12/97)

Regulamenta o regime de trabalho, e o sistema remuneratório dos médicos do Serviço Nacional de Saúde integrados na carreira.

Portaria n.º 04/98 (B.O. n.º 01 de 05/01/98)

Regula os concursos de ingresso e acesso na carreira médica.

Portaria n.º 05/98 (B.O. n.º 01 de 05/01/98)

Regula os concursos de ingresso e acesso na carreira de enfermagem.

Despacho da Ministra da Justiça (B.O. n.º 22 de 17/07/00)

Reconhecendo como pessoa jurídica a Associação Cabo-Verdiana de Farmacêuticos, ACFA.

Portaria n.º 52/00 (2º Supl. B.O. n.º 37 de 27/12/00)

Regulamenta os concursos de acesso às diferentes categorias previstas nos lugares do quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

Despacho MJAI (2.º Supl. B.O. n.º 36 de 19/12/02)

Reconhece como pessoa jurídica a Associação de Técnicos Dentários e Profissionais de Prótese.

Lei n.º 41/VI/04 (B.O. n.º 10 de 05/04/04)

Estabelece as Bases do Serviço Nacional de Saúde.

Decreto n.º 13/2004 (B.O. n.º 10 de 05/04/04)

Aprova o Código Deontológico da Profissão Médica.

Decreto-Lei n.º 23/2005 (B.O. n.º 15 de 11/04/05)

Estabelece a composição do Conselho Nacional de Saúde.

Decreto-Lei n.º 83/2005 (B.O. n.º 51 de 19/12/05)

Estabelece os princípios e as normas por que se regem os Hospitais Centrais.

Decreto-Regulamentar n.º 1/2006 (B.O. n.º 3 de 16/01/06)

Estabelece as normas de estruturação e gestão das Delegacias de Saúde.

Decreto-Lei n.º 39/2006 (B.O. n.º 20 de 10/07/06)

Aprova a nova Estrutura do Governo.

Decreto-Lei n.º 58/2006 (B.O. n.º 30 de 26/12/06)

Criando, como estrutura desconcentrada do Ministério da Saúde, a Região Sanitária de Santiago Norte – Serviço Autónomo, abreviadamente designada por RSSN.

Saúde Pública

Portaria n.º 8 260 (B.O. n.º 31 de 03/08/1968)

Regula a fiscalização do estado sanitário das pessoas que trabalham em determinadas actividades ligadas ao fabrico, preparação e vendas de substâncias alimentares e géneros alimentícios.

Lei n.º 09/III/86 (2º Supl. B.O n.º 52 de 27/12/86)

Aprova a interrupção voluntária da gravidez.

Decreto-Lei n.º 07/87 (B.O. n.º 07 de 14/02/87)

Regulamenta a Lei de Interrupção Voluntária de Gravidez.

Decreto-Lei n.º 66/94 (B.O. de 28/11/94)

Cria o Conselho Nacional da Condição do Deficiente.

Decreto-Lei n.º 52/95 (B.O. n.º 32 de 26/09/95)

Actualiza algumas normas de Polícia Sanitária.

Resolução n.º 121/V/99 (B.O. n.º 21 de 21/06/99)

Aprova, para ratificação, a Convenção n.º 155 da OIT sobre a Segurança, a Saúde dos trabalhadores e o Ambiente de Trabalho.

Decreto-Lei n.º 55/99 (B.O. n.º 32 de 06/09/99)

Fixa medidas que garantam nos locais de trabalho, a segurança e a saúde dos trabalhadores.

Lei n.º 122/V/00 (B.O. n.º 17 de 12/06/00)

Estabelece as Bases Gerais da Prevenção, Reabilitação e Integração das pessoas portadoras de Deficiência.

Portaria n.º 6/2001 de 1 de Fevereiro (B.O. n.º 11 de 30/04/01)

Aprova o regulamento das normas sanitárias aplicáveis à produção e colocação no mercado dos produtos de pesca destinados ao consumo humano. *Complementada pela Portaria n.º 09/02 (B.O. n.º 16 de 03/06/02)*

Despacho n.º 50/01 (B.O. n.º 23 de 30/07/01)

Criando o Comité de Coordenação do Combate à SIDA, funcionando junto do Primeiro Ministro.

Portaria n.º 54/01 de 8 de Outubro (B.O. n.º 33 de 08/10/01)

Cria a Rede Nacional de Laboratórios para vigilância integrada das doenças transmissíveis e a luta contra as epidemias em Cabo Verde.

Resolução n.º 19/2002 (B.O. n.º 15 de 27/05/02)

Cria no âmbito do Ministério da Saúde a Comissão Nacional de Certificação da Erradicação de Poliomielite.

Portaria n.º 5/2003 de 5 de Maio (B.O. n.º 14 de 05/05/03)

Actualiza a lista das doenças que devem ser objecto de declaração imediata e semanal.

Decreto-Lei n.º 50/2003 (B.O. n.º 39 de 24/11/03)

Revê o Decreto-Lei n.º 5/99, de 1 de Fevereiro, que define o regime jurídico do sector do comércio. Inclui princípios de controlo da qualidade e protecção da saúde pública. Art.º 35º da Vistoria. *Regulamentada pela Portaria n.º 43/2004 (B.O. n.º 29 de 04/10/04)*
Art.º 60º e 73º do Boletim de Sanidade; Art.º 61º e 72º das medidas higieno-sanitárias.

Decreto-Lei n.º 12/2004 (B.O. n.º 08 de 08/03/04)

Altera alguns artigos e publica na íntegra o Decreto-Lei n.º 24/2002 que estabelece o regime jurídico de produção, importação, exportação, comercialização e utilização do sal iodado para consumo humano e animal.

Portaria n.º 43/2004 de 4 de Outubro (B.O. n.º 29 de 04/10/04)

Regulamenta a vistoria dos estabelecimentos comerciais, se dedicam à venda por grosso ou a retalho de géneros alimentícios, a que se refere o n.º4 do art. 35º do Decreto-Lei n.º 50/2003, de 24 Novembro.

Integra um representante da Delegacia de Saúde da área onde se situa o estabelecimento.

Decreto-Lei n.º 54/2004 (B.O. n.º 38 de 27/12/04)

Define as normas a que obedecem a comercialização, a informação e o controlo de qualidade dos produtos destinados à alimentação de lactentes e crianças pequenas. *Deferido a entrada em vigor pelo Decreto-Lei n.º 25/2006 de 6 de Março.*

Decreto-Regulamentar n.º 1/2005 (B.O. n.º 03 de 17/01/05)

Regulamenta as formas de publicidade e promoção dos produtos destinados à alimentação infantil e fixa as normas sobre a rotulagem e as informações que deverão constar das fichas técnicas dos mesmos produtos e materiais informativos e pedagógicos sobre a alimentação infantil.

Despacho PM n.º 55/2004 de 29 novembro (II Série -B.O. n.º 04 de 02/02/05)

Cria a Comissão Nacional de Coordenação de Combate à Cólera e Comissões Municipais de Combate à Cólera.

Resolução n.º 15/2005 (B.O. n.º 17 de 25/04/05)

Cria, junto da Direcção Geral da Saúde, a Comissão Interministerial de Luta contra o Alcoolismo.

Resolução n.º 9/2005 (Supl. B.O. n.º 17 de 25/04/05)

Aprova a Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (Rectifica e publica na íntegra a Resolução n.º 9/2005 de 11 de Abril).

Decreto-Lei n.º 50/2005 (B.O. n.º 30 de 25/07/05)

Cria, no âmbito da Comissão de Coordenação de Combate à Droga (CCCD), a Comunidade Terapêutica da Granja de São Filipe, com sede na Achada de São Filipe, no concelho da Praia.